

O Português de Timor-Leste

Regina Helena Pires de Brito ¹

Resumo

No período compreendido entre 1975 e 1999, Timor-Leste vivenciou uma política de “destimorização” aplicada pelo dominador indonésio, que, no plano lingüístico, representou a inclusão de uma nova forma, manifestada na imposição da “bahasa indonésia” (variante do malaio), na minimização do uso da língua nacional, o tétum, e na perseguição do português. Em 1999, a ONU chega ao território a fim de garantir a paz e iniciar a reconstrução do território, trazendo consigo o inglês, sua língua de trabalho (e que já se fazia presente devido especialmente à proximidade com a Austrália). Com a independência e a constituição da República Democrática de Timor-Leste, em maio de 2002, a língua portuguesa assume o estatuto de oficial, ao lado da língua tétum. Acrescente-se a esse painel, as outras dezenas de línguas locais ali faladas. Esta breve descrição permite delinear a situação multilingüística que é comum presenciarmos em Timor-Leste: somos saudados com “hello, mister/miss!” e com “bom(n) dia!”, pedem-nos “Perdua” (Perdão), sorriem um “Obrigadu barak” (muito obrigado) e um sentido “Koitadu” (Que pena!) quando temos que partir. Apresentar aspectos da situação atual do português, sua relação com as demais línguas e perspectivas para a sua agilização em Timor-Leste é o que se propõe nesta comunicação.

Palavras-Chave: lusofonia – Timor-Leste – língua portuguesa

Abstract

From 1975 to 1999, East Timor lived a political period of “destimorization” carried out by the Indonesian dominator. In linguistic terms, it represented the inclusion of a new arrangement marked by the imposition of the Bahasa Indonesia (Indonesian, a variation of the Malay), in order to minimize the use of the national language, Tetum, and the discrimination of the Portuguese language. In 1999, the United Nations disembarked in the territory with the purpose of maintaining peace and initiating the reconstruction of the country. The public officials took the English language with them, their language of work (the language was previously present there because of the proximity to Australia). After the Independence and the constitution of the Democratic Republic of East-Timor, in May 2002, the Portuguese language assumed an official language status, side-by-side with Tetum, and in addition to dozens of other local languages spoken there. This brief explanation allows us to outline the multilingualism found in East-Timor: we are greeted with “Hello, mister/miss!” as well as “Bom(n) dia!” (Good morning!); they apologize saying “Perdua” (Perdão), (I am sorry); they smile at us stating “Obrigadu barak” (Thank you); and murmur “Koitadu” (What a pity!) when we have to leave. Introducing different aspects of the present situation of the Portuguese language, its relation with the other languages and the future perspective for its activation in East-Timor is the aim of this presentation.

Key-words: lusophony – East Timor – Portuguese language

1. Preliminares

Situada entre o sudoeste asiático e o Pacífico sul, a 500 km da Austrália, Timor Leste foi colônia portuguesa desde o século XVI, esteve ocupada pelo Japão durante três anos, durante a Segunda Grande Guerra, foi explorada por australianos e cenário da invasão da Indonésia, num incurso que durou de 1975 a 1999.

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie. Instituto Nacional de Lingüística de Timor-Leste

Durante duas décadas e meia, com raras oportunidades para empregar a língua portuguesa em quaisquer modalidades, o povo timorense lutou em defesa de seu território e de sua liberdade. São conhecidas as alusões quanto ao uso do português como língua de resistência, sendo citadas diversas inscrições em muros escritas em português, durante a época da resistência, muitas das quais ainda hoje são visíveis, como a que fotografamos em um muro no Distrito de Manatuto:



***Na ponta de
minha baioneta
escrevei a história da
minha libertação***

Junho/2001

Foto: Regina Brito

Com a chegada da força de paz internacional e o início da Administração Transitória das Nações Unidas (UNTAET)², Timor-Leste começou a sair de uma época em que falar português poderia ser sinônimo de morte. Nesse contexto, uma das questões geradoras de debates, principalmente a partir de 1999, tem sido o critério de atribuição de estatutos às línguas faladas pela população timorense, em particular, no que tange ao estatuto oficial de qual ou para qual dessas línguas. Entretanto, é importante destacar que desde o início do movimento de resistência (como ficou comprovado pelo CNRT³), a língua oficial de Timor-Leste sempre foi o português, *quer no mato, quer na diáspora, quer na clandestinidade que ligava as outras duas frentes da resistência (a armada e a diplomática)* (Corte-Real e Brito, 2007: 124).

Deste modo, a Assembléia Constituinte (composta por doze partidos políticos com assento proporcional) resultante das primeiras eleições livres organizadas pela e sob direta observação da ONU e da comunidade internacional após a retirada das forças

² Lembremos, aqui, do brasileiro Sérgio Vieira de Mello (Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU), representante maior das Nações Unidas em Timor Leste durante o período de administração transitória. Pela excelência da administração do então território, Vieira de Mello foi enviado especial da ONU no Iraque no pós-guerra com os Estados Unidos. Foi morto em atentado no dia 19 de agosto de 2003, enquanto trabalhava no seu escritório, no prédio das Nações Unidas, em Bagdá.

³ CNRT é a sigla do Conselho Nacional de Resistência Timorense, organização supradirigente da luta conjunta pela autodeterminação e independência do território

indonésias, ficou incumbida de elaborar a Constituição do país. Foi depois de longos debates sobre a matéria, que estabeleceu o tétum e o português como as duas línguas oficiais de Timor-Leste. Nas palavras do então Presidente da República, Xanana Gusmão:

A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional. (Xanana Gusmão⁴)

A parceria secular das línguas tétum e português, responsável pela elevação estatutária do idioma indígena – o tétum – ao longo dos tempos, do seu carácter local ao de língua franca e nacional por abrangência cabal do território, confere naturalidade à escolha da sua co-oficialidade ao lado do português. Neste aspecto, preponderante foi o papel da Igreja, como também foi propulsor e consolidador o papel da Administração Civil na expansão e difusão da língua nacional, o tétum. Este processo de uniformização e unificação lingüística por meio do tétum levou consigo a inerente difusão da língua oficial – o português –, graças à disposição de elasticidade do tétum para se enriquecer com novos conceitos e vocábulos provenientes do português. A parceria das duas línguas estabeleceu-se, assim, sem concorrência de alguma outra vernacular de Timor, tornando-se um importante fator de caracterização lingüística de ambas as línguas, e, em última análise, de consciência nacional e de diferenciação perante os povos vizinhos, contribuindo efetivamente para o enriquecimento da região em diversidade lingüística e cultural.

O tétum continua hoje e para o futuro necessitando desta parceria para a sua constante caracterização e para o seu papel diferenciador, e Timor-Leste afirma-se como o único país soberano em todo o hemisfério oriental a tecer uma cultura austro-melanésico com ingredientes de sabor latino-luso-cristão. Assiste-se, portanto, a uma naturalidade na escolha do português, pela parceria secular com o tétum - que lhe valeu a elevação estatutária - que resulta numa interpenetração mútua entre as duas línguas, em que se

⁴ Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. www.cplp.org/noticias/cccg/di7.htm [p. cap. em 03/08/02].

tipifica o português falado por timorenses e em que o tétum absorve do português influências nos níveis fonológico, morfológico, sintático-semântico e pragmático.

É por causa da cultura, da história, da política que se optou pela parceria estratégica do tétum-português para o estatuto oficial no país. Um puritanismo a ponto de considerar o português uma língua estrangeira em Timor-Leste, levaria o povo a um recuo absurdo e não ao senso comum e ao progresso. O primeiro levaria os timorenses a voltar ao cavalo e à carroça e a rejeitar os carros como meios de transporte, por ser o cavalo o seu transporte mais original; e o segundo conduziria Timor-Leste a acelerar a auto-negação às suas características marcantes no tempo - características essas que lhe conferem distinção na linha de uma consciência nacionalista para um povo cuja estratégia de defesa contra a absorção é precisamente a sua singularização - e a política lingüística faz parte dessa estratégia. (cf. Corte-Real e Brito, 2007: 123-132).

Não foi por acaso que os cinco partidos políticos de 1974-75 convergiram na escolha do português como língua oficial. É um fato comprovativo da centralidade da Língua Portuguesa na constituição da consciência nacional e da identidade lingüístico-histórico-cultural e política timorense.

Frente à luta de resistência, o próprio regime da ocupação reconheceu o significado estratégico da língua portuguesa, da fé cristã católica e dos valores tradicionais timorenses - elementos indiciais da especificidade da metade de ilha, distinguindo-a não só da sua metade ocidental (território indonésio) como também do resto da região. Por isso, as campanhas da ocupação aconteceram sempre no sentido de destruir ou desmantelar a estrutura identitária timorense, em que os referidos elementos são índices por excelência.

Tanto tem bebido o tétum do português que este se tornou constante fonte de caracterização, modernização e elevação estatutária que se pode afirmar que se não fosse o português, lingüisticamente falando, e se não fossem os portugueses, politicamente falando, não teríamos hoje um idioma indígena como língua oficial. A co-oficialidade responde a e explica-se por essa parceria secular e por essa mutualidade pura e não simplesmente para preencher eventuais lacunas do tétum.

As dezenas de línguas originais do país pertencem à família das línguas austronésias (ou malaio-polinésicas) ou à família das línguas papuas (ou indo-pacíficas), diversidade lingüística que se explica principalmente pelo fato de Timor ter sido parte de rotas de migrações várias. Como língua integradora dessas línguas, fala-se o **tétum**, reconhecido oficialmente como língua nacional a partir de outubro de 1981. Essa língua apresenta-se de duas formas: como língua materna de algumas regiões e como forma veicular na generalidade do território. Contudo, antes mesmo da chegada dos portugueses, o tétum já era a língua franca, pois era falada pela tribo dos beloneses, a mais poderosa do lugar. Mais tarde, a adoção do tétum como língua oficial da Igreja Católica de Timor foi, em grande medida, responsável por essa rápida propagação, adoção e efetiva utilização pelos timorenses.

Convém lembrar que o modelo de colonização lusitana, em que se destacam o processo de miscigenação com os timorenses (que levou à assimilação de hábitos), e a conversão ao catolicismo, dentre outros aspectos, contribuíram para a incorporação natural de estruturas sintáticas e de muitos elementos lexicais portugueses às línguas locais.

Indiscutivelmente, a administração colonial privilegiava o português como língua de instrução, ensinada nas escolas (e, naturalmente, veiculando conteúdos da cultura lusa), que se empregava na modalidade escrita e nas atividades culturais e administrativas. No entanto, isso não impedia que, em termos de comunicação espacial e entre falantes de línguas maternas diferentes, o tétum fosse usado nas situações cotidianas.

De modo geral, portanto, antes dos acontecimentos de 1974-75, a situação lingüística apresentava-se em três níveis: (1) o das *línguas locais* - veículos de comunicação nas diversas localidades, como o bunak, o kemak, o galole, etc; (2) o da *língua veicular* – o tétum, funcionando como elemento de integração e conhecida como “tétum praká”, variante do tétum terik gramaticalmente simplificada e mesclada com elementos do português; (3) o da *língua administrativa* – o português – única língua normalmente escrita, que também exercia uma função integradora, no tocante à camada dirigente e ao ambiente letrado. (cf. Thomaz, 2002: 140-4)

Diversamente do que ocorreu em muitos países na época de descolonização, em 1975, em Timor-Leste observava-se uma certa unidade lingüística, garantida, como dissemos,

pelo uso do tétum. Além disso, apesar de criticar o colonialismo salazarista, tanto a Fretilin (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) quanto a Apodeti (favorável à indexação pela Indonésia) continuaram a *valorizar a língua portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional* (Hull⁵: 2001: 37).

Durante o domínio indonésio, Timor-Leste sofreu brutal repressão, como tortura e assassinatos, e exploração, como trabalho escravo e semi-escravo, tendo sido mortos cerca de 300 mil timorenses. Com a política de “destimorização” aplicada, incluiu-se uma nova forma lingüística, traduzida pela imposição da bahasa indonésia (uma variante do malaio) como língua do ensino e da administração, pela minimização do uso do tétum e pela perseguição da expressão em língua portuguesa.

Como resultado, atualmente, em termos lingüísticos, o país se apresenta como um intrincado mosaico: além do tétum e das dezenas de outras línguas locais, os timorenses falam a bahasa indonésia e procuram se expressar em inglês e português.

De modo geral, o português⁶ aparece, na modalidade oral, truncado, reticente, praticamente construído em uma base lexical, ou seja, os usuários parecem “traduzir” diretamente palavras e categorias do tétum para as possíveis correspondentes portuguesas, sem preocupação com uma sistematização da estrutura morfosintática.

No *plano fonético*, verifica-se dificuldade na articulação de alguns fonemas específicos do português, revelando interferência do substrato lingüístico local. As confusões mais recorrentes dão-se quanto aos fonemas do português que não encontram oposição fonológica no sistema do tétum ou em outra língua nacional (confusão de /p/, /f/ e /b/, redução das sibilantes e chiantes (/s/, /z/, /ʃ/ e /Σ/). No tocante à escrita, os textos

⁵ O lingüista australiano Geoffrey Hull é um dos maiores especialistas em tétum e línguas nativas do Timor, além de árduo defensor da oficialização da língua portuguesa em Timor-Leste.

⁶ A descrição apresentada leva em conta falantes do português com idade superior aos 35 anos e é resultado parcial de análises que realizamos como lingüista do “Alfabetização Comunitária em Timor-Leste” (Projeto brasileiro conhecido como “Alfabetização Solidária”). Tal participação levou-nos a um levantamento bibliográfico e possibilitou-nos a realização de pesquisa *in loco* (junho/2001 – seleção de alfabetizadores e agosto/2001 – curso de capacitação). Gravamos entrevistas com candidatos a alfabetizadores e com a população em geral (de diferentes faixas etárias, profissões e sexo). Analisamos, ainda, textos produzidos pelos candidatos, no processo seletivo, e durante a capacitação, pelos alfabetizadores, além de outros elementos coletados (letras de músicas, receitas culinárias, jornais, anúncios publicitários, fotos com inscrições e cartazes).

recolhidos e analisados revelam problemas ortográficos, em geral decorrentes de questões relativas à oralidade.

No *plano morfológico*, dificuldades na declinação dos pronomes, na conjugação verbal e na flexão nominal (notadamente a omissão da marca de plural) - praticamente inexistentes no tétum, nas demais línguas locais ou na bahasa indonésia. No *plano sintático*, são comuns as impropriedades ligadas à sintaxe da regência, à ordenação frástica, à concordância (também em decorrência de ser categoria inexistente nas demais línguas de Timor) além de substituição do infinitivo pelo presente em formas perifrásticas (como *pode fala*, por “pode falar”). No *plano semântico*, são perceptíveis problemas ligados ao desconhecimento dos significados (o que se deve a um domínio vocabular restrito) e à dificuldade de construção de seqüências coerentes.

Nesta oportunidade em que nos reunimos, pesquisadores dos vários espaços “onde também se fala o português”, para pensar juntos sobre essa realidade lingüística que nos une – e que apesar da controversa palavra é o mundo da *lusofonia* – deve-se salientar a necessidade de uma busca de integração entre unidade/variedade e o reconhecimento de que são muitos os grupos humanos “proprietários” da Língua Portuguesa, assumindo a noção de diversidade cultural como aspecto inerente a esse conceito (Armando, 1994).

A razão de ser da língua portuguesa para Timor-Leste tem a ver não só com a identidade lingüística, mas também com a identidade histórica, a identidade cultural, a identidade política do país, conforme assinala Hull:

Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional. (Hull, 2001: 39)

e que vai precisamente contribuir para o enriquecimento da região, para a diversidade lingüística e cultural, encorajando a convivência sob o princípio de respeito mútuo entre os interlocutores.

Neste sentido, o fenômeno lingüístico integra-se à prática social, à dinâmica comunicativa cotidiana, às necessidades discursivas da comunidade que partilha uma mesma realidade. Assim é que pensamos a sobrevivência do português *em* Timor-Leste,

(re)construindo a variante do português *de* Timor-Leste. Contudo, fazer projeções acerca do destino do português em/de Timor-Leste está na dependência dos caminhos políticos a serem efetivamente percorridos pela nova nação. Se assim for, pode-se vislumbrar que o português reencontrará em Timor-Leste o seu espaço como língua de cultura.

Bibliografia

CORTE-REAL, Benjamim de Araújo; BRITO, Regina Helena Pires de (2007) Aspectos da política lingüística de Timor-Leste. Desvendando contracorrentes. MARTINS, M. L; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (ed). **Comunicação e Lusofonia**. Porto, Campo das Letras. Pp.123-132.

HULL, Geoffrey (2001) **Timór-Lorosa'e - Identidade, Lian no Polítika Edukasionál (Timor Leste - Identidade, Língua e Polística Educacional)**. Lisboa, Instituto Camões.

THOMAZ, Luís Filipe (2002) **Babel Loro Sa'e. O problema lingüístico de Timor-Leste**. Lisboa, Instituto Camões.